

CONCURSO PÚBLICO

(termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos)

Aquisição de uma solução integrada de serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing para a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Procedimento n.º 43/CP/AQS/2024/FF

Índice

CAPÍTULO I	3
Disposições Gerais.....	3
ARTIGO 1.º - Objeto de contratação	3
ARTIGO 2.º - Entidade Adjudicante	3
ARTIGO 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	3
ARTIGO 4.º - Fundamento da escolha do procedimento	3
ARTIGO 5.º - Possibilidade de adoção de um ajuste direto	3
ARTIGO 6.º - Júri	4
ARTIGO 7.º - Consulta preliminar ao mercado	4
ARTIGO 8.º - Disponibilização das peças do procedimento	4
CAPÍTULO II	4
Apresentação de Proposta e Documentos de habilitação	4
ARTIGO 9.º - Interessados	4
ARTIGO 10.º - Agrupamento de Concorrentes	4
ARTIGO 11.º - Documentos de Habilitação	5
ARTIGO 12.º - Prazo de supressão de irregularidades	5
ARTIGO 13.º - Documentos da proposta	5
ARTIGO 14.º - Idioma dos documentos da proposta	7
ARTIGO 15.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta	7
ARTIGO 16.º - Preço anormalmente baixo	7
ARTIGO 17.º - Propostas variantes	7
ARTIGO 18.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas	7
ARTIGO 19.º - Critério de Adjudicação	7
ARTIGO 20.º - Modelo de Avaliação da Proposta	7
ARTIGO 21.º - Prestação da Caução	7
ARTIGO 22.º - Visitas ao Local	8
CAPÍTULO III	8
Disposições finais	8
ARTIGO 23.º - Celebração do Contrato	8
ARTIGO 24.º - Falsidade de documentos e de declarações	8
ARTIGO 25.º - Legislação aplicável	8
Anexo I	9
Anexo II	11

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º - Objeto de contratação

1. O presente procedimento tem por objeto o **“Aquisição de uma solução integrada de serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing para a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa”**.
3. O presente procedimento corresponde às Classificações CPV **79800000-2 - Serviços de impressão e afins**, do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

ARTIGO 2.º - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante do atual procedimento é a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, sita Avenida Prof. Gama Pinto, 1649-003 Lisboa, Portugal, telefone 351 21 794 64 00, endereço de correio eletrónico, nucleocompras@ff.ulisboa.pt, e outros contactos disponíveis no endereço <http://www.ff.ulisboa.pt>.

ARTIGO 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar mereceu despacho do órgão competente para a decisão de contratar, exarado na Proposta de Decisão de Contratar n.º **142/2024/FF** de **18/11/2024**, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelos Estatutos da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, e nos termos do n.º 1 artigo 36.º e do artigo 38.º, ambos do CCP, conjugados com a alínea d) do n.º 4 do Despacho n.º 8114/2024, de 7 de junho, cabe ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, a Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Professora Doutora Maria Beatriz da Silva Lima.

ARTIGO 4.º - Fundamento da escolha do procedimento

O tipo de procedimento adotado é o Concurso Público nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º e dos artigos 130.º a 139.º, todos do mesmo código.

ARTIGO 5.º - Possibilidade de adoção de um ajuste direto

É possível a adoção de um ajuste direto para a formação de contrato de aquisição de serviços similares desde que observado o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

ARTIGO 6.º - Júri

Nos termos do n.º 1 do artigo 67.º e n.º 2 do artigo 69.º ambos do CCP, o procedimento será conduzido por um júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, e ser-lhe-á delegada a competência para prestar esclarecimentos, conforme Despacho exarado na Proposta de Decisão de Contratar nº 142/2024/FF de 18/11/2024.

ARTIGO 7.º - Consulta preliminar ao mercado

Foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP, cujos documentos constam do respetivo processo administrativo.

Toda a informação relevante (pertinente) resultante da consulta preliminar, quando solicitada, estará disponível para consulta dos concorrentes do (presente) procedimento após terminado o prazo de apresentação das propostas, observando-se o princípio da transparência e igualdade entre concorrentes e da não divulgação antecipada de todas e quaisquer condições comerciais de um “consultor preliminar”.

ARTIGO 8.º - Disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento são constituídas, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, pelo anúncio, o programa de concurso e pelo caderno de encargos, bem como as demais documentações que dele façam parte integrante.
2. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente na plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGOV**, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.

CAPÍTULO II

Apresentação de Proposta e Documentos de habilitação

ARTIGO 9.º - Interessados

Podem responder ao presente Programa de Concurso os interessados que não se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º (Impedimentos) do CCP, ou que, encontrando-se numa das situações descritas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 desse artigo, demonstre que as mesmas poderão ser relevadas ao abrigo do disposto no artigo 55.º - A.

ARTIGO 10.º - Agrupamento de Concorrentes

1. As entidades que integrarem um agrupamento concorrente devem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura eletrónica dos documentos da proposta e a receção de notificações e comunicações, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.

2. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante e, em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 11.º - Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no artigo 81.º do CCP:
- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
 - Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
 - Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º:
 - Certificados dos Registos Criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;
 - Certificado do Registo Criminal da empresa;
 - Documentos comprovativos de que não se encontram na situação prevista nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 55.º:
 - Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social;
 - Certidão comprovativa da regularização da situação tributária.
2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou em língua estrangeira, desde que o adjudicatário os faça acompanhar de tradução devidamente legalizada.

ARTIGO 12.º - Prazo de supressão de irregularidades

No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário é notificado para supri-las no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

ARTIGO 13.º - Documentos da proposta

1. Conforme disposto no artigo 57.º CCP, a proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP com as alterações promovidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e demais retificações, emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente Programa do Procedimento, que deverá ser assinada pelo concorrente ou representante com poderes para o obrigar, enviada num ficheiro, com a designação, por exemplo, “Anexo_I.pdf”.

b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:

- i. O preço da prestação fixa mensal referente à locação dos equipamentos e software, com arredondamento à segunda casa decimal;
- ii. O preço unitário da cópia e/ou impressão a preto e branco, com arredondamento à quarta casa decimal;
- iii. O preço unitário da cópia e/ou impressão a cores, com arredondamento à quarta casa decimal.

c) Documentos que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;

- i. Documento(s) que contenha(m) a marca e o modelo dos equipamentos, Tipos A, B, C e D, objeto da locação;
- ii. Fichas técnicas dos equipamentos Tipos A, B, C e D.
- iii. Comprovativo em como tem um sistema certificado de recolha de resíduos;
- iv. Declaração que ateste a eficiência energética dos equipamentos propostos apresentada de acordo com os standards TEC, podendo ser redigida em língua inglesa.
- v. Declaração identificativa do software de gestão de impressão a instalar com garantia de que estará licenciado para todo o período de duração do contrato, devendo a proposta indicar o seu valor a título meramente informativo.

2. Comprovativo da inscrição no RCBE.

3. Entrega de comprovativo de certificação ambiental e de qualidade dos equipamentos a adquirir.

4. No caso da apresentação de preços parciais e existindo divergência entre a soma dos preços parciais e o preço global indicado, prevalece, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

5. Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

6. Quando não seja possível, através do certificado digital qualificado, determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no certificado, deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente.

ARTIGO 14.º - Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo a documentação técnica mencionada no artigo 13.º do presente programa de concurso que podem ser redigidos em língua estrangeira: inglês.

ARTIGO 15.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta

As propostas devem ser apresentadas via plataforma eletrónica *AcinGOV* até às 23h59m do 12.º (doze) dias a contar da data de publicação do anúncio no DRE e da respetiva disponibilização das peças do procedimento na plataforma eletrónica *AcinGOV*.

ARTIGO 16.º - Preço anormalmente baixo

Não é definido nenhum preço anormalmente baixo.

ARTIGO 17.º - Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

ARTIGO 18.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas

O prazo de validade das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data de termo do prazo fixado para a sua apresentação.

ARTIGO 19.º - Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade:
 - Monofactor de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.
2. Em caso de empate, será adjudicada a proposta selecionada através da sequência seguinte:
 - Por sorteio na presença dos intervenientes.

ARTIGO 20.º - Modelo de Avaliação da Proposta

Não aplicável atendendo ao critério indicado no artigo anterior.

ARTIGO 21.º - Prestação da Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução.

ARTIGO 22.º - Visitas ao Local

1. Durante o prazo definido para a apresentação de propostas, poderão todos os interessados efetuar visita técnica aos locais objeto do presente procedimento, a fim de realizarem todos os reconhecimentos que considerarem necessários para efeitos de elaboração das suas propostas, inteirando-se das condições que influam na apresentação das mesmas.
2. A visita técnica prevista no número anterior deverá ser solicitada pelos interessados, através de envio de mensagem na plataforma eletrónica da **AcinGOV**, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. As visitas técnicas ao local de entrega e instalação dos bens objeto do presente procedimento serão efetuadas em data e horários a agendar oportunamente, durante o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, e decorrerão, simultaneamente, para todos os interessados, garantindo o cumprimento dos princípios de transparência e igualdade entre os concorrentes.
4. As visitas serão acompanhadas por técnico responsável a indicar para o efeito.
5. Fora da data e horários indicados nos números anteriores, não será admitido o acesso aos edifícios e/ou instalações para a realização das visitas técnicas.

CAPÍTULO III

Disposições finais

ARTIGO 23.º - Celebração do Contrato

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação.
2. A outorga do contrato, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 104.º, pode ser realizada por recurso a assinatura por meios eletrónicos, não podendo neste caso o prazo para a outorga e envio do contrato ser inferior a 3 (três) dias úteis.

ARTIGO 24.º - Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

ARTIGO 25.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Anexo I ¹

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) _____ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3) _____:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação

¹ A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º - A

da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º - A declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Anexo II²

Declaração

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

² a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º